

Artigos Publicação Contínua

Aliados ideológicos, inimigos geopolíticos? Hungria, Polônia e a fratura da ultradireita diante da guerra na Ucrânia

Ideological allies, geopolitical enemies? Hungary, Poland,
and the far-right rift over the war in Ukraine

Guilherme Rodel^I 

Rodrigo Augusto Duarte Amaral^{II} 

David Almstadter Mattar de Magalhães^{III} 

^ISciences Po Paris , Paris, França

^{II}Pontifícia Universidade Católica de São Paulo , São Paulo, SP, Brasil

^{III}Universidade Federal de Uberlândia , Uberlândia, MG, Brasil

Resumo

Desde meados da década de 2010, com a consolidação eleitoral de partidos da direita radical em diversos países europeus, a ascensão da ultradireita domina o debate público e acadêmico, marcada pelo fortalecimento de narrativas nacionalistas e iliberais. Um aspecto menos explorado dessa ascensão é a construção de vínculos entre partidos ultradireitistas europeus e o governo russo, especialmente no que se refere à defesa do conservadorismo, à oposição ao liberalismo e às críticas a instituições internacionais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE). Este artigo analisa as relações da ultradireita na Hungria e na Polônia com a Rússia, destacando divergências estratégicas evidenciadas durante a Guerra na Ucrânia. A análise comparativa, fundamentada na Abordagem Histórico-Discursiva (DHA), foi organizada em três categorias de análise definidas a partir dos temas mais recorrentes nos discursos oficiais dos líderes de ambos os países relativos à Ucrânia e o presidente Volodymyr Zelensky, à Rússia e o presidente Vladimir Putin, e às sanções econômicas contra o governo russo e os pacotes de ajuda ocidentais à Ucrânia. Os resultados mostram que a Hungria, sob Viktor Orbán, mantém uma posição ambígua em relação a Moscou, enquanto a Polônia, governada pelo partido Lei e Justiça, adota postura abertamente hostil ao Kremlin. As divergências identificadas não se reduzem a fatores ideológicos. Pressões geopolíticas e memórias históricas nacionais desempenham papel igualmente determinante na moldagem das estratégias discursivas da ultradireita. O estudo contribui para a literatura ao evidenciar variações intra-regionais da direita radical, oferecendo um enfoque comparativo inédito sobre Hungria e Polônia.

Palavras-chave: Ultradireita; Hungria; Polônia; Rússia; Guerra da Ucrânia

Abstract

Since the mid-2010s, with the electoral consolidation of radical right-wing parties across several European countries, the rise of the far right has dominated both public and academic debate, marked by the strengthening of nationalist and illiberal narratives. One less explored aspect of this rise is the development of ties between European far-right parties and the Russian government, particularly regarding the defense of conservatism, opposition to liberalism, and criticism of international institutions such as the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the European Union (EU). This article analyzes the relations between the far right in Hungary and Poland and Russia, highlighting the strategic divergences that became evident during the War in Ukraine. The comparative analysis, grounded in the Discourse-Historical Approach (DHA), was organized into three analytical categories defined from the most recurrent themes in the official speeches of the leaders of both countries: Ukraine and President Volodymyr Zelensky, Russia and President Vladimir Putin, and the economic sanctions against the Russian government and the Western aid packages to Ukraine. The findings show that Hungary, under Viktor Orbán, has maintained an ambiguous position toward Moscow, whereas Poland, governed by the Law and Justice party, has adopted an openly hostile stance toward the Kremlin. The identified divergences cannot be reduced to ideological factors alone. Geopolitical pressures and national historical memories also play an equally decisive role in shaping the discursive strategies of the far right. The study contributes to the literature by highlighting intra-regional variations within the radical right and offering a novel comparative perspective on Hungary and Poland.

Keywords: Far right; Hungary; Poland; Russia; War in Ukraine

INTRODUÇÃO

A atual Ordem Internacional Liberal (OIL) enfrenta uma de suas crises mais profundas desde sua consolidação no pós-Segunda Guerra Mundial. Diversos acontecimentos do século XXI evidenciam tensões estruturais que fragilizam seus pilares, incluindo instituições de governança global, abertura econômica e cooperação multilateral. Dentre esses eventos destacam-se a crise financeira de 2008, o aumento do protecionismo econômico e alternativas aos padrões hegemônicos do Atlântico Norte (como os BRICS), o fortalecimento de movimentos populistas de direita na Europa e nos Estados Unidos, o Brexit e a eleição de Donald Trump. A crise da OIL se manifesta em diferentes níveis analíticos. No campo da economia política global, observa-se a erosão da hegemonia norte-americana, refletida na multilateralização dos fluxos monetários para além do padrão dólar e na crescente projeção econômica da China. No plano estatal, intensificam-se processos revisionistas, apoiados por

discursos populistas e por dinâmicas de renacionalização, que tensionam os arranjos multilaterais vigentes. No plano social, narrativas cotidianas de crise e o avanço do populismo de direita desafiam as fundações da identidade civil ocidental (Babic, 2020).

Dentre esses movimentos, que possuem origens ideológicas diversas, destaca-se a ascensão da ultradireita, impulsionada por reações à globalização, percepção de perda de soberania e erosão da confiança nas instituições democráticas e nos arranjos multilaterais. Esse fenômeno é particularmente expressivo na Europa Central e Oriental, onde transições pós-comunistas, conjuntura de prejuízo econômico frente à estrutura hegemônica europeia e tensões identitárias favorecem narrativas nacionalistas e populistas, articulando o populismo como vetor de contestação da ordem internacional liberal. No entanto, trata-se de um fenômeno global, cujas experiências recentes de poder em países como Estados Unidos da América (EUA), Brasil e Argentina reforçam sua importância comparativa.

Definida por Mudde (2019) como a quarta onda global da ultradireita - na sequência das três ondas ocorridas entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o século XXI (von Beyme, 1988) -, essa tendência de ascensão desde 2010 se caracteriza pelo avanço de partidos de direita radical para além das margens políticas, alcançando resultados eleitorais expressivos. Diferente das ondas anteriores, esses movimentos conseguiram assumir governos em diversos países e suas ideias, antes consideradas excessivamente radicais, encontraram considerável apoio num contexto de crise generalizada da Ordem Liberal e reação popular aos seus princípios. Uma faceta pouco explorada sobre os movimentos de ultradireita é a relação deles com a Rússia, já que a maioria desses grupos manifesta visões favoráveis ao governo russo liderado por Vladimir Putin.

Ao longo da última década, o regime russo e partidos de direita radical gradualmente passaram a construir laços pautados principalmente por convergências ideológicas, notadamente na promoção de posicionamentos iliberais. Neste estudo, o iliberalismo¹ é entendido como oposição ao liberalismo em suas dimensões política,

¹ O conceito de iliberalismo ganhou destaque no século XXI ao passar a descrever não apenas regimes tradicionalmente autoritários, mas também práticas adotadas por democracias liberais que tensionam princípios como liberdades individuais, igualdade e Estado de Direito (KAUTH e KING, 2020).

cultural e filosófica (Waller, 2023). Em particular, essas posições iliberais incluem ataques a normas e a instituições democráticas, visando minar limites ao exercício do poder da maioria, além da rejeição a ideais inclusivistas e igualitários (Kauth, King, 2020).

Dentre os atores ultradireitistas pró-Rússia que ascenderam nos últimos anos, um dos mais notórios é Viktor Orbán e seu partido Fidesz. Orbán foi o mais longo governante da ultradireita no mundo, ocupando o cargo de primeiro-ministro da Hungria de 2010 até ser derrotado nas urnas em 2026. Enquanto Chefe de Governo, ele se tornou uma figura proeminente dentro do movimento da direita radical, destacando-se não apenas por seu longo período no poder, mas também pela vasta gama de reformas iliberais e por seu governo conservador e nacionalista.

No entanto, nem todos os grupos de ultradireita no Ocidente apresentam posições pró-Rússia. Fatores como as relações históricas de cada Estado com a Rússia ou a proximidade geográfica com a nação euroasiática podem levar partidos de direita radical de certos países a adotar posicionamentos hostis a Moscou (Laruelle, 2021), variando de caso a caso. Na Polônia, o governo do partido ultradireitista Lei e Justiça destacou-se, mesmo antes da invasão da Ucrânia, como uma das vozes internacionais mais críticas ao Kremlin. A legenda governou de 2015 até 2023, marcando também um dos períodos mais longos no poder da ultradireita no mundo ocidental. Assim como o Fidesz, os políticos do Lei e Justiça implementaram reformas iliberais e mantiveram uma política fortemente conservadora e nacionalista.

Fidesz e Lei e Justiça são os movimentos de direita radical que mais tempo permaneceram no poder no mundo ocidental, compartilhando semelhanças significativas na retórica ideológica e no estilo de governo. A literatura sobre a comparação entre a direita radical húngara e polonesa é vasta e crescente (Rydliński, 2018; Kréko et al, 2018; Sata, Karolewski, 2022; Bień-Kacała, Drinócz, 2019; Neumann, Rudnicki, 2023; Goldstein, 2021; Laázár, 2015; Holesch, Kyriazi, 2021; Brils, Muis, Gaidytė, 2022; Bluhm, Varga, 2019; Karolewski, Sata, 2019; Pirro, Stanley, 2021). Ainda assim, a relação com a Rússia constitui a diferença mais evidente entre os líderes

desses países. A Guerra na Ucrânia intensificou essas distinções, obrigando atores que antes adotavam posturas pró-Rússia a se afastarem tanto do governo quanto do presidente russo.

O presente estudo analisa comparativamente Hungria e Polônia por meio da análise de discursos oficiais - no total quarenta pronunciados pelo premiê húngaro e outros quarenta emitidos por líderes poloneses, realizados em diferentes situações, além de duas declarações assinadas pelos Chefes de Governo do grupo Nove de Bucareste -, com o objetivo de compreender as divergências em suas relações com a Rússia antes e depois da Guerra na Ucrânia. Para tanto, selecionamos discursos disponíveis em websites oficiais dos governos: no caso da Hungria, a página *About Hungary*, controlada pelo Escritório de Comunicações Internacionais do Gabinete do Primeiro-Ministro; na Polônia, os discursos foram extraídos dos sites da presidência, do primeiro-ministro e do ministro de Relações Exteriores. O recorte temporal escolhido foi fevereiro de 2022, início da Guerra da Ucrânia, e 15 de outubro de 2023, quando o partido polonês Lei e Justiça foi derrotado nas eleições legislativas, saindo do poder depois de oito anos.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira apresenta a operacionalização da análise discursiva comparada da Abordagem Histórico-Discursiva (Discourse-Historical Approach – DHA) da Análise Crítica do Discurso em nosso estudo. A segunda aborda traços da política externa de governos de direita radical, com ênfase em sua rejeição à Ordem Liberal. A terceira contextualiza a relação da ultradireita com a Rússia, identificando motivações e formas de expressão desse vínculo. A quarta apresenta a atuação de Fidesz e Lei e Justiça no governo. Por fim, a análise discursiva de Viktor Orbán e de figuras proeminentes do governo ultradireitista polonês, com destaque para o presidente Andrzej Duda, evidencia distintas estratégias da ultradireita diante de conflitos globais.

ENTRE VARSÓVIA E BUDAPESTE: OPERACIONALIZANDO A ANÁLISE DISCURSIVA COMPARADA

Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter comparativo, fundamentada na literatura especializada sobre ultradireita e direita radical no plano internacional, com o objetivo de analisar as relações estabelecidas por Hungria e Polônia com a Rússia no contexto da Guerra na Ucrânia. A comparação incide sobre dois casos nacionais governados por partidos e lideranças de ultradireita durante períodos prolongados, permitindo controlar afinidades ideológicas e institucionais e, simultaneamente, identificar variações estratégicas relevantes.

Para investigar as divergências e continuidades nas respostas da ultradireita húngara e polonesa à Guerra na Ucrânia, este estudo utiliza um estudo de caso comparativo fundamentado na DHA, tal como proposto por Reisigl e Wodak (2016). A escolha pela DHA justifica-se por sua capacidade de integrar a análise linguística ao contexto sociopolítico e histórico, sendo uma ferramenta consolidada no estudo das retóricas populistas e nacionalistas. No contexto desta pesquisa, a análise discursiva permite acessar as racionalidades ideológicas e as visões de mundo que sustentam os posicionamentos frente à Rússia, Ucrânia e as instituições ocidentais.

A escolha pela DHA não é aleatória: essa abordagem foi desenvolvida originariamente por Ruth Wodak no contexto do caso Waldheim na Áustria (1986), quando o então candidato à presidência foi confrontado com sua possível participação em crimes nazistas, e se consolidou ao longo de três décadas como referência central nos estudos sobre discurso de ódio, racismo e direita radical na Europa (Wodak, 2001; Reisigl e Wodak, 2016). A DHA distingue-se de outras tradições da Análise Crítica do Discurso por sua insistência em incorporar sistematicamente a dimensão histórica à análise linguística, tratando o discurso como simultaneamente socialmente construído e socialmente constitutivo (Reisigl e Wodak, 2015). Essa dupla dimensão permite ao pesquisador não apenas descrever o que é dito, mas

compreender como e por que determinadas construções discursivas emergem em contextos políticos específicos, tornando-se particularmente produtiva quando o objeto de estudo são atores políticos que operam na fronteira entre a normalidade democrática e a erosão iliberal (Wodak, 2015).

Neste estudo, a análise opera em três dimensões complementares adaptadas da DHA. A dimensão temática identifica os tópicos proeminentes que organizam o debate e resultou na divisão deste estudo em três eixos: Ucrânia/Zelensky; Rússia/Putin; e sanções/ajuda material. A dimensão das estratégias discursivas examina como os líderes mobilizam recursos de nominação e predicação para construir a imagem de aliados e inimigos — como se observa, em nossa pesquisa, no emprego de adjetivos como “heróicos” nos discursos poloneses, em contraste com a retórica de “neutralidade pragmática” na Hungria. Por fim, a dimensão da contextualização articula as falas às pressões internacionais e às trajetórias históricas de cada país em relação ao espaço pós-soviético.

O corpus empírico é composto por discursos oficiais e declarações públicas das principais lideranças governamentais de ambos os países, coletados em fontes institucionais mencionadas acima, os quais foram submetidos à análise discursiva sistemática. Essa análise foi orientada por três variáveis analíticas centrais: (1) referências à Ucrânia e ao presidente Volodymyr Zelensky; (2) menções à Rússia e ao presidente Vladimir Putin; e (3) posicionamentos relativos às sanções econômicas e ao envio de ajuda material à Ucrânia. Tais variáveis foram selecionadas a partir de uma análise empírica minuciosa dos discursos trabalhados e identificadas como os temas mais frequentes e relevantes abordados pelas lideranças políticas estudadas. A partir dessas categorias identificadas a partir da investigação empírica, buscou-se identificar padrões de convergência e divergência discursiva, bem como compreender de que maneira fatores históricos, geopolíticos e de interesse nacional modulam as posições externas de governos de ultradireita, evidenciando limites do alinhamento puramente ideológico em política externa.

O universo empírico da pesquisa compreende os pronunciamentos das figuras centrais de cada governo: o Primeiro-Ministro Viktor Orbán (Hungria) e o Presidente Andrzej Duda (Polônia). A opção por Duda na Polônia deve-se ao seu papel proeminente na condução da política externa e na resposta diplomática à invasão, em um sistema menos centralizado que o húngaro. Apesar disso, também foram selecionados, pontualmente, discursos particularmente relevantes de outras lideranças polonesas, para proporcionar uma compreensão mais abrangente e completa da política externa praticada pelo governo do Lei e Justiça.

Foram compilados 40 discursos de Orbán e 38 discursos de Duda, incluindo entrevistas, declarações parlamentares e pronunciamentos em fóruns internacionais. Complementarmente, foram analisadas declarações do grupo Nove de Bucareste e falas estratégicas do então Primeiro-Ministro polonês Mateusz Morawiecki e do Ministro das Relações Exteriores Zbigniew Rau. O material foi coletado em sites governamentais oficiais (About Hungary e portais da Presidência e Ministérios poloneses), utilizando exclusivamente as versões publicadas em língua inglesa. O recorte temporal estende-se de 24 de fevereiro de 2022 (início da invasão) a 15 de outubro de 2023 (data das eleições legislativas na Polônia que culminaram na derrota do partido Lei e Justiça). A seleção do material seguiu critérios de relevância temática, descartando-se textos puramente administrativos, excessivamente curtos ou repetitivos, de modo a garantir a densidade analítica do corpus.

DIREITA RADICAL E POLÍTICA EXTERNA

Antes de abordar as relações entre a direita radical e a política externa, é importante esclarecer as delimitações terminológicas adotadas neste artigo. Conforme a tipologia proposta por Mudde (2007; 2019), o termo *far right* — geralmente traduzido nas línguas latinas como ultradireita — abrange dois subgrupos ideológicos distintos: a extrema direita (*extreme right*) e a direita radical (*radical right*). A extrema direita rejeita os princípios fundamentais da democracia, como a soberania popular e a regra

da maioria (*volonté générale*), sendo o fascismo seu exemplo mais emblemático. Já a direita radical, embora aceite a essência democrática (geralmente instrumentalizada por meio do populismo), opõe-se aos elementos liberais da democracia, como os direitos das minorias, a separação de poderes e o Estado de Direito.

Ambos os subgrupos contestam o consenso liberal-democrático estabelecido no pós-Segunda Guerra Mundial, mas o fazem de formas substancialmente distintas: enquanto a extrema direita busca uma ruptura revolucionária com a ordem vigente para restaurar um passado idealizado, a direita radical adota uma postura reformista. Segundo Mudde (2019), a extrema direita permanece à margem dos sistemas políticos nas principais democracias contemporâneas, enquanto a direita radical tem se consolidado no mainstream político ao longo do século XXI, com sua presença normalizada tanto em governos quanto na oposição. Essa direita radical se caracteriza por três elementos centrais: nativismo, populismo e autoritarismo. Assim, utilizamos “ultradireita” como um termo guarda-chuva que engloba, ao mesmo tempo, direita radical e extrema direita. Diversos estudos comparativos classificam a Polônia do Lei e Justiça e a Hungria de Orbán como governos de direita radical, tendo em vista suas políticas públicas, dinâmicas de oposição, euroceticismo, desafios democráticos e apoio eleitoral (Bień-Kacała; Drinóczi, 2019; Bluhm; Varga, 2019; Brils; Muis; Gaidytė, 2022; Goldstein, 2021; Holesch; Kyriazi, 2021; Karolewski; Sata, 2019; Lázár, 2015; Neumann; Rudnicki, 2023; Pirro; Stanley, 2021).

As características da direita radical mencionadas acima – nativismo, populismo e autoritarismo – referem-se à política interna dos Estados. Haveria, também, traços comuns que caracterizam também a política externa dos governos de direita radical? Cas Mudde (2019), por exemplo, argumenta que, apesar do crescimento da direita radical no mundo, esses grupos permanecem profundamente divididos em questões centrais de política externa e não apresentam uma agenda coerente para substituir a ordem internacional liberal. Embora compartilhem um desprezo comum pela ordem global atual, baseada na integração cultural, econômica e política, suas prioridades nacionais

conflitantes impedem uma ação coordenada e efetiva no cenário internacional. Esta visão, contudo, está longe de ser consensual.

Um traço central apontado por diversos estudos é a rejeição que a ultradireita nutre em relação à ordem liberal internacional estabelecida após 1945 e ampliada após 1990¹¹. Essa ordem, caracterizada por normas e instituições que promovem direitos humanos universais, integração econômica e governança multilateral, é vista pela direita radical como um arranjo hegemônico ilegítimo – um “grilhão normativo” imposto por “elites globalistas” que afronta a soberania nacional e os valores tradicionais. De Orellana & Michelsen (2019) demonstram que a chamada “Nova Direita” internacional desenvolveu uma filosofia reacionária própria, a qual rejeita a visão cosmopolita liberal de uma humanidade comum regida por direitos universais, em favor de uma ordem baseada em hierarquias naturais entre nações e culturas. Trata-se de um internacionalismo reacionário que objetiva “desfazer” ou “descosturar” os compromissos liberais globais vigentes.

Cabe notar, contudo, nuances regionais. Na Europa, setores da direita radical combinam a crítica à ordem liberal com um antagonismo à hegemonia norte-americana, pregando uma ordem multipolar mais “justa” entre grandes potências soberanas (Ostermann, Stahl, 2022). Essa posição explica, como veremos na seção seguinte, a relativa simpatia de alguns líderes da direita radical europeia por potências revisionistas como a Rússia de Putin ou a China, vistas como contrapesos à influência liberal ocidental (Chryssogeolos, 2010; Michelsen et al., 2023). Ostermann & Stahl (2022) argumentam que muitas lideranças eurocéticas almejam substituir a ordem liberal-tecnocrática por uma concertação entre grandes nações soberanas – o que as leva a exaltar a erosão da unipolaridade norte-americana e a emergência de um mundo mais plural em termos de poder. Já na América Latina, a direita radical confronta a ordem liberal global muitas vezes sob a alegação de que esta estaria associada a projetos “globalistas” de esquerda ou ao “marxismo cultural” transnacional (Sanahuja, López Burian, 2020).

¹¹ Sobre a literatura que explica a rejeição típica da ultradireita à Ordem liberal Internacional, recomendamos a leitura de Drolet e Williams (2018), de Orellana e Michelsen (2019), Casarões e Farias (2021) e Malacalza e Doval (2024).

A retórica da identidade coletiva, seja nacional ou civilizacional, desempenha papel central na legitimação dos projetos da ultradireita contemporânea. Crone (2021) observa que intelectuais como Alain de Benoist e Aleksandr Dugin defendem uma ordem pós-liberal baseada em grandes espaços civilizacionais orgânicos — “etno-civilizações” ou “impérios espirituais” — em oposição ao cosmopolitismo liberal. Essa visão propõe um pluralismo civilizacional, no qual blocos culturais soberanos coexistem fora da hegemonia ocidental. Nesse sentido, Stewart (2020) denomina esse fenômeno de “civilizacionismo” de ultradireita, destacando como a defesa de uma suposta civilização judaico-cristã — ou de outras civilizações — tem unido diferentes movimentos nacionalistas em torno de identidades supranacionais hierarquizadas.

Essa hierarquização opera em dois níveis distintos, porém complementares. No plano interestatal, determinadas nações ou povos são investidos do papel de núcleo civilizacional — caso da Rússia no eurasianismo de Dugin, concebida como portadora e guardiã de uma tradição espiritual superior —, relegando os demais membros do bloco a uma posição subsidiária, de aliados ou periferia, e não de pares equivalentes. No plano intranacional, a hierarquização define, com base em critérios étnicos, religiosos e culturais, quem integra legitimamente a comunidade civilizacional, excluindo minorias, imigrantes e demais grupos tidos como estranhos a essa identidade — reproduzindo, portanto, uma lógica excludente e desigual mesmo no interior do que se apresenta como “identidade coletiva”.

Paradoxalmente, esses grupos justificam a construção de uma aliança internacional com base em afinidades civilizacionais, sempre em oposição a ideais universalistas e igualitários. O paradoxo reside no fato de que, ao rejeitarem o universalismo liberal em nome da defesa das particularidades nacionais, esses atores recorrem a uma estratégia estruturalmente análoga à que combatem: erigem categorias supranacionais — as “civilizações” — que, à semelhança do cosmopolitismo que criticam, transcendem o Estado-nação e demandam cooperação e legitimação transnacionais para sua afirmação política.

Analisando pela perspectiva da Economia Política Internacional, a direita radical tende a adotar posturas protecionistas ou nacional-desenvolvimentistas, em ruptura parcial com o liberalismo comercial das últimas décadas. Nos Estados Unidos, o primeiro governo Trump (2017-2021) exemplificou essa inflexão ao combinar retórica pró-mercado com medidas protecionistas, como tarifas unilaterais e a renegociação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) (Biegon, 2019). Trata-se de uma forma de “desglobalização seletiva”, na qual a soberania nacional é priorizada em detrimento da interdependência econômica. Na Europa, líderes como Marine Le Pen e Matteo Salvini expressam forte crítica a acordos multilaterais, como o Mercosul– União Europeia, e à própria Organização Mundial do Comércio (OMC). Paralelamente, a integração regional é enfraquecida sob governos da direita radical: Hungria e Polônia, por exemplo, conformaram um eixo iliberal no interior da União Europeia (UE), bloqueando consensos em temas como migração, Estado de Direito e direitos de minorias (Csehi, Zgut, 2020).

Na América do Sul, observa-se um padrão distinto. O governo Bolsonaro (2019-2022) articulou retórica conservadora e antiglobalista com um programa econômico de ortodoxia liberal – no sentido da adesão às prescrições alinhadas ao Consenso de Washington, como disciplina fiscal, abertura comercial e financeira, e redução da intervenção estatal na economia –, conduzido por Paulo Guedes (Casarões, Farias, 2021). Já o governo de Javier Milei, iniciado em 2023, radicaliza a retórica antiglobalista a partir de uma base libertária e individualista, combinada a uma cruzada anticomunista e anti-woke (Sanahuja, Nilson, López Burian, 2024). Em contraste, a direita radical húngara e polonesa rejeita o neoliberalismo e defende maior intervenção estatal. Wojczewski (2024) define esse modelo como producerismo nacionalista, no qual o livre-mercado irrestrito é visto como ameaça às comunidades nacionais. Nesse contexto, Hungria e Polônia adotaram políticas de reestatização em setores estratégicos, legitimadas por narrativas de soberania econômica (Csehi, Zgut, 2020).

O populismo — entendido como a construção de uma oposição moral entre “o povo puro” e “as elites corruptas” (Mudde, 2007) — constitui elemento central da mobilização política interna da direita radical e projeta-se também sobre a política externa. Essa retórica assenta-se sobre uma lógica maniqueísta de pertencimento, segundo a qual a realidade política é reduzida à dicotomia entre o «nós» e os «outros»: os indivíduos são posicionados como parte integrante da comunidade legítima do povo — o «nós» — ou como adversários externos a ela, alinhados ao campo das elites ou de forças hostis ao movimento. Moffitt (2016) observa que esse tipo de mentalidade “nós-e-eles” é um traço característico do estilo político populista, funcionando como mecanismo discursivo de demarcação de fronteiras entre quem pertence e quem não pertence ao grupo. A ultradireita tende a retratar líderes de organizações internacionais, diplomatas, especialistas e tecnocratas como uma elite cosmopolita dissociada dos interesses nacionais (Ostermann, Stahl, 2022), enquanto seus próprios líderes se apresentam como os únicos representantes legítimos da nação. Nesse contexto, o antiglobalismo emerge como eixo estruturante do discurso, substituindo o anticomunismo clássico por ataques à chamada “elite globalista”, categoria ampla que engloba instituições internacionais, ONGs e o meio acadêmico (Sanahuja, Nilson, López Burian, 2024).

Essas concepções compartilhadas criaram as bases para uma forma específica de inserção internacional da direita radical, marcada pela cooperação transnacional entre partidos, movimentos e lideranças. De Orellana e Michelsen (2019) e Michelsen et al. (2023) descrevem esse fenômeno como um “internacionalismo reacionário”, caracterizado pela articulação antiliberal, soberanista e anti-universalista. Apesar das diferenças nacionais, líderes como Bolsonaro, Orbán, Trump, Salvini, Meloni, Modi e Putin convergem na identificação de inimigos comuns, como o globalismo, o multiculturalismo e a esquerda transnacional. Essa cooperação se manifesta tanto em redes informais quanto em iniciativas mais estruturadas, como a tentativa de Steve Bannon de criar “The Movement”, bem como na articulação que levou à formação do

grupo Identidade e Democracia no Parlamento Europeu. No plano governamental, observou-se ainda a constituição de um eixo ideológico informal envolvendo Washington, Budapeste, Brasília e Roma, além da centralidade de Israel sob Netanyahu como polo pde convergência conservadora (Casarões, Farias, 2021; Magalhães, 2024).

Nota-se, desta maneira, que a ultradireita global tem desenvolvido formas cada vez mais sofisticadas de articulação internacional, impulsionadas por valores compartilhados como o soberanismo, o antiglobalismo e o conservadorismo cultural. A convergência em torno da rejeição à ordem liberal — tanto em sua dimensão normativa quanto institucional — tem produzido alianças pragmáticas e simbólicas que desafiam os pilares da governança internacional construída no pós-guerra. Nesse contexto, uma figura tem emergido como ponto de referência para diversos atores da ultradireita global é a Rússia de Putin.

A RÚSSIA DE PUTIN E A ULTRADIREITA OCIDENTAL: UMA ALIANÇA ILIBERAL

A literatura especializada em política externa russa entende que Vladimir Putin passou a adotar posições mais conservadoras e a propagar visões nacionalistas a partir de seu terceiro mandato presidencial, começando em 2012 (Clover, 2016; Laruelle, 2015; Shekhovtsov, 2018). Esse ponto de inflexão é referido como a “virada conservadora” do presidente russo e, com ela, a retórica de rivalidade contra o Ocidente liberal se intensificou consideravelmente. Após a crise na Ucrânia em 2014, quando a Rússia invadiu o território do vizinho e anexou a região da Crimeia e deu apoio considerável para movimentos separatistas pró-Rússia no Leste da Ucrânia, foi inaugurado um novo período de antagonismo entre Moscou e os países ocidentais, com o regime de Putin promovendo um discurso de inimizade para com o Ocidente e militarização de sua política externa (Freire, 2020). Simultaneamente, esse período também coincide com a ascensão dos partidos ultradireitistas na Europa^{III} e, ato contínuo, com a aproximação

^{III} Quando afirmamos a ascensão de partidos ultradireitistas na Europa nos referimos ao fenômeno que ela é evidenciada tanto pelo crescimento eleitoral de partidos como o Rassemblement National (França), AfD (Alemanha), Vox (Espanha) e Fratelli d'Italia (Itália) quanto pela crescente influência de pautas nativistas, autoritárias e anti-imigração sobre o conjunto do espectro político europeu (MUDDE, 2019).

entre governo russo e atores de ultradireita, marcando o início desses contatos.

Os discursos de Putin, empregados a partir de 2012, críticos do multiculturalismo e dos direitos LGBT, supostamente representantes da decadência do Ocidente, conjuntamente com a defesa dos valores tradicionais e a ênfase na soberania e nos interesses nacionais, são muito similares ao que os movimentos de ultradireita propagam (Laruelle, 2021). A partir desse período, personalidades da direita radical ocidental começaram a se posicionar publicamente de uma maneira favorável ao governo russo e a Putin especificamente. Por exemplo, Matteo Salvini, líder do partido ultradireitista italiano Lega, disse que o chefe do Executivo russo “defende os interesses do seu próprio povo independentemente dos tecnocratas mundiais e das ordens de Bruxelas” (Tarasyuk, apud Shekhovtsov, 2018, p. 89, tradução nossa).

Essencialmente, a virada antiamericana da Rússia, o desafio à União Europeia e o apelo de Putin aos “valores tradicionais” e à identidade nacional permitiram que sua autocracia de direita ganhasse legitimidade junto a forças antiliberais no Ocidente. Ideólogos e movimentos de ultradireita passaram a ver a Rússia como um “farol de esperança” e líder de uma cruzada contra o Ocidente decadente. (Shekhovtsov, 2018, p.93).

Ao longo da década de 2010, os vínculos entre atores da ultradireita europeia e o regime russo se intensificaram, sendo instrumentalizados por ambas as partes como forma de legitimação política mútua, de contenção de pressões domésticas e internacionais e de contestação às normas liberais democráticas (Wagner et al., 2024). Nesse contexto, partidos da direita radical representados no Parlamento Europeu passaram a adotar padrões de votação sistematicamente favoráveis à Rússia, posicionando-se, entre outros pontos, contra a imposição de sanções ao governo Putin (Aitton, 2018). Paralelamente, veículos estatais russos, como RT e Sputnik, ampliaram a difusão de conteúdos críticos às instituições ocidentais e convergentes com narrativas da direita radical (Shekhovtsov, 2018), ao mesmo tempo em que passaram a incorporar personalidades políticas e comentaristas ocidentais como fontes recorrentes, frequentemente apresentados como especialistas (Krouwel, Onnerfors, 2021).

Desde meados da década de 2010, laços financeiros, diplomáticos e parlamentares entre atores de ultradireita europeus e a Rússia foram informados por mídias ocidentais, supostamente instrumentalizando esses recursos como fonte de legitimação política. O Washington Post acusou o empréstimo de €9,4 milhões ao *Front/Rassemblement National* (RN) por um banco ligado a Moscou^{IV}. O Le Monde publicou sobre o padrão de votos do RN no Parlamento Europeu contra condenações à Rússia^V, bem como informou sobre a emergência de *caucuses* europarlamentares pró-Kremlin^{VI}. O *International Centre for Counter-Terrorism* (ICCT) afirmou em relatório oficial que haveria contatos explícitos entre o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) e círculos russos que justificariam posicionamentos pró-russos e contra as orientações de política externa europeia anti-Rússia^{VII}.

De acordo com Shekhovtsov (2018), o objetivo russo em tais iniciativas seria de utilizar os laços com a ultradireita ocidental como instrumento de política externa para causar instabilidade no Ocidente. Em concordância, Mudde (2016) argumenta que o interesse russo nos partidos de ultradireita está na criação de problemas para União Europeia, na obstrução de ações consideradas anti-Rússia e no aumento da divisão dentro dos países ocidentais. Outro objetivo seria afirmar para o público doméstico russo que o país não estava isolado. Já atores da ultradireita visavam utilizar os canais russos como uma plataforma para proferirem suas opiniões em um meio favorável e atraírem novos apoiadores (Shekhovtsov, 2018; Wagner et al., 2024).

Como parte do apoio dado pelo Kremlin a atores ultradireitistas europeus, Mudde (2016) destaca a existência de suspeitas que isso tenha tomado a forma de financiamento secreto e ilegal. Belton (2020) também aponta para diversas situações em que políticos ou partidos pró-Rússia provavelmente receberam benefícios monetários do governo russo, como na Hungria, envolvendo a legenda política Jobbik. Contudo,

^{IV} Conforme matéria do Washington Post, disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/national-security/a-russian-bank-gave-marine-le-pens-party-a-loan-then-weird-things-began-happening/2018/12/27/960c7906-d320-11e8-a275-81c671a50422_story.html. Acesso em: 12 jan. 2026.

^V Conforme matéria do Le Monde, disponível em: <https://www.lemonde.fr/en/politics/article/2024/04/19/le-pen-s-rn-has-consistently-backed-authoritarian-regimes-in-european-parliament-votes66688725.html>. Acesso em: 12 jan. 2026.

^{VI} Conforme matéria do Le Monde, disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/07/18/new-far-right-group-in-eu-parliament-aligns-with-kremlin_6688356_4.html. Acesso em: 12 jan. 2026.

^{VII} Conforme relatório do International Centre for Counter-Terrorism (ICCT), produção de caráter oficial, disponível em: <https://icct.nl/sites/default/files/2024-04/Russia%20and%20the%20Far-Right%20%20Austria%20Scandals%2C%20politics%20and%20identitarians.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

há apenas um caso confirmado de transação financeira entre Rússia e um partido ultradireitista, o já citado empréstimo, oriundo de um banco ligado indiretamente ao Kremlin, contraído pelo *Rassemblement National* em 2014 (Sonne, 2018).

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar das conexões entre as organizações de direita radical e o governo russo, não se pode dizer que existe um movimento organizado que estruture o relacionamento. Conforme Laruelle (2021), a relação é formada por uma rede de contatos pessoais, descentralizada e flexível, não existindo um arranjo formal que coordene os atores. Mudde (2016) anui com tais afirmações e adiciona que Moscou não exerce controle sobre os partidos de ultradireita e nem sobre as circunstâncias que tornam possível sua ascensão.

Outrossim, alguns autores apontam os limites dessa relação (Makarychev, Terry, 2020; Weiss, 2020). Mesmo para figuras pró-Putin que chegaram em uma posição de poder ao longo da década de 2010, em países como Itália e Áustria, houve poucas tentativas de se criar conexões com a Rússia ou bloquear a continuidade das sanções ocidentais contra o regime russo. Diversos fatores explicam essa ausência, com ênfase para as pressões de outros países ocidentais e de instituições como a UE, que impedem a adoção de políticas plenamente compatíveis com os discursos pró-Rússia da maior parte dos movimentos de direita radical (Makarychev, Terry, 2020).

Além disso, o apoio a Vladimir Putin e ao governo russo não é unanimidade dentro dos círculos da direita radical. A maioria dos partidos ultradireitistas possuem posições pró-Rússia, porém as relações históricas com a nação euroasiática e a posição geográfica de cada país influenciam a atitude que as legendas políticas de ultradireita tomam com relação ao regime russo. Laruelle (2021) afirma que países de fronteira ou com histórico de conflito com a Rússia tendem a ter movimentos de direita radical mais hostis à Moscou, mas esse padrão não é absoluto.

Na identificação da diversidade interna da ultradireita ocidental, a Polônia, governada pela legenda ultradireitista Lei e Justiça (PiS), destaca-se como um dos principais polos de oposição à Rússia no interior da direita radical europeia. Em

sentido oposto, a Hungria, sob a liderança de Viktor Orbán e do partido Fidesz, expressa de forma mais clara as posições favoráveis ao regime russo, majoritárias entre os atores ultradireitistas do continente. Cumpre destacar, ainda, que, além da Polônia, países como Estônia, Letônia e Lituânia, bem como a Romênia e a Ucrânia, são frequentemente apontados como casos nos quais se observam movimentos ultradireitistas assumidamente contrários ao governo de Vladimir Putin.^{VIII} (Laruelle, 2021).

Os efeitos da Guerra da Ucrânia para a relação entre a ultradireita e o governo russo aparecem como um caso oportuno para se analisar tais divergências. Após tropas russas invadirem o território ucraniano em 24 de fevereiro de 2022, a maior parte dos partidos de direita radical favoráveis a Vladimir Putin condenou as ações russas (The Economist, 2022). Pode-se dizer até que a invasão russa foi um ponto de inflexão nesse relacionamento, fazendo com que atores ultradireitistas tivessem que alterar suas posições e evitarem serem identificados com o presidente russo e seu regime (Carlotti, 2023).

Ademais, Ivaldi e Zankina (2023) afirmam que houve uma grande divisão dentro do movimento de ultradireita ocidental após o início do confronto, relativo a atitudes com relação ao governo russo. Existem alguns atores que se posicionaram de forma mais hostil à Moscou e apoiaram as sanções ocidentais e forneceram ajuda para a Ucrânia, casos de Polônia e Itália - esta última liderada pela primeira-ministra de direita radical Giorgia Meloni desde 2022. Todavia, a maior parte das legendas políticas, ainda que condenando as ações russas, se colocaram contrariamente às sanções ocidentais e ao envio de ajuda militar à Ucrânia.

A Hungria novamente faz parte do grupo majoritário dentro da ultradireita. Inclusive, Orbán é acusado de ter posicionado o seu país como o mais pró-Rússia dentro da União Europeia depois do início da guerra e de ter continuado a providenciar

^{VIII} Deve ser explicitado que o cenário político é dinâmico e, conforme variações nos contextos nacionais e internacionais, partidos de direita radical podem alterar suas posições em relação à Rússia ou mesmo novos movimentos ultradireitistas podem surgir com diferentes visões. Por exemplo, apesar de existir na Romênia um histórico de uma ultradireita anti-Rússia (Laruelle, 2021), há o recente e notório caso do candidato presidencial Calin Georgescu, com seus posicionamentos simpáticos ao regime russo e que foi impedido de competir por haver um suposto apoio de serviços de inteligência russos a sua candidatura (Khalil, Thorpe, 2025).

alguma legitimidade internacional ao regime russo (Wagner et al., 2024). Outros atores ultradireitistas europeus mantiveram essa linha de não cortar totalmente seus laços com Moscou na sequência da invasão e continuar a usar o relacionamento em benefício próprio. Em um exemplo notório, órgãos de inteligência europeus afirmaram que encontraram evidências de que o Kremlin tentava secretamente aumentar a popularidade do partido ultradireitista alemão *Alternative für Deutschland* e organizar uma coalizão política contrária ao envolvimento de Berlim no conflito na Ucrânia (Belton, Harris, Mekhennet, 2023).

Essa análise revela os limites do alinhamento estritamente ideológico quando confrontado com condicionantes materiais e geopolíticas concretas que moldam as posições e as estratégias dos atores políticos. Ainda que afinidades discursivas, identitárias ou normativas tenham desempenhado papel relevante na aproximação entre segmentos da ultradireita ocidental e o regime russo ao longo da década de 2010, a invasão da Ucrânia evidenciou que fatores como segurança regional, dependência energética, inserção econômica e ameaças territoriais imediatas tendem a prevalecer na definição das preferências políticas e dos alinhamentos internacionais desses atores.

A DIREITA RADICAL NO PODER DA EUROPA CENTRAL: OS CASOS DA HUNGRIA E POLÔNIA

Uma breve contextualização histórica contribui para a compreensão dos fatores geopolíticos que moldam as trajetórias da Hungria e da Polônia. Localizados na Europa Central, ambos os países compartilham percursos marcados por alternâncias entre soberania e dominação estrangeira, consolidando-se como Estados-nação apenas após o colapso dos impérios europeus ao final da Primeira Guerra Mundial. No pós-Segunda Guerra Mundial, passaram a integrar a esfera de influência soviética, constituindo-se como regimes comunistas até as transformações políticas de 1989. A partir de então, adotaram sistemas democráticos-liberais e economias de mercado, integrando-se

progressivamente às instituições ocidentais, com a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999 e à UE em 2004.

Na década de 2010, Hungria e Polônia voltaram a apresentar convergências políticas, desta vez associadas à ascensão da ultradireita. Ambos os países assistiram à formação de governos de direita radical populista: na Hungria, em 2010, com o Fidesz, liderado por Viktor Orbán; e, na Polônia, em 2015, com o partido Lei e Justiça (PiS), sob a liderança de Jarosław Kaczyński. (Bluhm, Varga, 2019)

Dada a proximidade ideológica e a longevidade dos governos de ultradireita na Hungria e na Polônia, tornaram-se recorrentes os estudos comparativos sobre ambos os países (Bluhm, Varga, 2019; Karolewski, Sata, 2019; Rydliński, 2018; Pirro, Stanley, 2021). De modo geral, essa literatura destaca as convergências discursivas e práticas entre Viktor Orbán e Jarosław Kaczyński, especialmente na adoção de políticas nativistas, populistas e iliberais, associadas a processos de erosão democrática em seus respectivos contextos nacionais.

Contudo, apesar das afinidades ideológicas entre o PiS e o Fidesz e da convergência retórica de ambos com o discurso do presidente russo Vladimir Putin, marcada pela ênfase em valores conservadores e pelas críticas ao liberalismo e às instituições da União Europeia, esses partidos se diferenciam de forma significativa no que diz respeito às suas posições em relação à Rússia. Enquanto Viktor Orbán manteve, ao longo de seus mandatos, uma postura cooperativa em relação ao regime de Putin, em consonância com a maioria das lideranças da ultradireita europeia, Jarosław Kaczyński e seus correligionários adotaram uma atitude substancialmente mais cautelosa e crítica em relação ao governo russo.

Essa divergência explica-se, em parte, pelo histórico polonês de conflitos com a Rússia — da perda da independência no século XVIII à invasão soviética de 1939 — e pela proximidade com o exclave de Kaliningrado (Laruelle, 2021). Nesse quadro, o PiS passou a representar a Rússia como potência agressiva e neoimperialista, definida como a principal ameaça à segurança nacional polonesa (Szeptycki, 2022). Essa

rivalidade foi também internalizada, com lideranças do PiS acusando opositores de vínculos com o Kremlin, estratégia típica do populismo ao mobilizar inimigos externos para deslegitimar adversários internos (Mudde, Kaltwasser, 2017). As diferenças entre Hungria e Polônia manifestam-se ainda no exercício do poder. Na Hungria, Orbán consolidou um regime altamente centralizado e personalista, sustentado por redes patronais estatais (Karolewski, Sata, 2019). Na Polônia, Kaczyński manteve influência informal, preservando maior autonomia institucional e ocasionando um sistema em que diferentes lideranças dentro do governo gozaram de certa autonomia em suas áreas de atuação (Karolewski, Sata, 2019). Na política externa, isso favoreceu o protagonismo do presidente Duda, especialmente após o início da Guerra da Ucrânia, quando liderou a resposta diplomática e a articulação com aliados ocidentais (Szeptycki, 2022; Szczerbiak, 2022).

A experiência prévia no poder contribuiu para moldar as estratégias posteriores de Fidesz e PiS. Orbán governou a Hungria entre 1998 e 2002, período em que já apresentava traços nacionalistas e autoritários, ainda sem a degradação democrática aprofundada a partir de 2010 (Lendvai, 2016). O PiS, por sua vez, liderou uma coalizão entre 2005 e 2007, marcada por tentativas iniciais de reformas iliberais, então contidas pela atuação do Judiciário (Pirro, Stanley, 2021). Na década anterior às vitórias eleitorais, Hungria e Polônia registravam baixos níveis de confiança nas instituições políticas, associados a frustrações com a transição pós-comunista, especialmente quanto à concentração de benefícios, desigualdades sociais, corrupção e clientelismo (Bluhm, Varga, 2019). Nesse contexto, Fidesz e PiS mobilizaram discursos populistas contra elites liberais e legados comunistas, incorporando também críticas ao neoliberalismo. Uma vez no poder, ambos adotaram políticas econômicas mais estatistas e se apoiaram em bases eleitorais fortemente antimigratórias e eurocéticas (Brils et al., 2020). Na Hungria, esse processo foi intensificado por uma grave crise econômica durante a Grande Recessão, iniciada em 2008 e perdurando até o início da década de 2010, e por um escândalo político envolvendo o governo social-democrata que precedeu a

vitória eleitoral de Orbán. Em 2010, o Fidesz obteve vitória expressiva, conquistando supermaioria parlamentar que lhe permitiu promover mudanças profundas no sistema político, incluindo a substituição da Constituição (Bluhm, Varga, 2019).

Esta vitória de 2010 na Hungria, com a supermaioria parlamentar, viabilizou a adoção de uma nova Constituição, elaborada sem ampla participação social, e a implementação de reformas que enfraqueceram a separação de poderes, os direitos de minorias e a liberdade da mídia (Rydliński, 2018). Em 2014, Orbán afirmou explicitamente a intenção de substituir a democracia liberal por um modelo de “democracia iliberal”, citando a Rússia como exemplo de Estado bem-sucedido fora do paradigma liberal-democrático (Hungary, 2014). Nesse sentido, o regime de Vladimir Putin passou a operar como referência para o projeto húngaro de erosão democrática caracterizado pela deterioração gradual das garantias liberais da democracia como a independência judicial, liberdade de imprensa, direitos das minorias e limites ao poder executivo (Ambrosio, 2020).

De forma semelhante, os governos do PiS adotaram medidas inspiradas na experiência húngara, fragilizando os pilares da democracia liberal. A declaração de Kaczyński, ainda em 2011, de que haveria “Budapeste em Varsóvia” simboliza essa transferência de repertórios iliberais (Rydliński, 2018). Segundo Holesch e Kyriaze (2021), o PiS aprendeu com Orbán a definir alvos, sequência e conteúdo das reformas. Essa convergência resultou na formação de um eixo iliberal entre Hungria e Polônia no interior da União Europeia, voltado a bloquear iniciativas relacionadas ao Estado de Direito, à proteção de minorias e a evitar sanções mútuas, configurando, até a invasão russa da Ucrânia, uma das alianças mais estreitas dentro da UE (Csehi, Zgut, 2020; Holesch, Kyriaze, 2021).

Por fim, ambos os partidos enfrentaram desafios de novas forças ainda mais radicais. Na Polônia, a Confederação emergiu como competidora à direita do PiS. Na Hungria, após a moderação do Jobbik, dissidentes fundaram o partido Nossa Pátria, que passou a ocupar o espaço ultradireitista sem confrontar diretamente o governo,

sendo inclusive beneficiado por ele, estratégia interpretada como forma de fragmentar a oposição e conferir aparência de moderação ao regime de Orbán (Goldstein, 2021).

Há, contudo, uma diferença central entre os governos do PiS e do Fidesz. Na Polônia, o PiS jamais obteve maioria constitucional, o que o impediu de promover reformas por meio de alterações formais da Constituição. Diante dessa limitação, o partido recorreu sobretudo a leis ordinárias e, em alguns casos, à violação direta de dispositivos constitucionais para avançar sua agenda (Pirro, Stanley, 2021). Esse processo levou a União Europeia a instaurar uma investigação por violações do Estado de Direito — a primeira desse tipo contra um Estado-membro (Bluhm, Varga, 2019).

Essa variável é fundamental para explicar por que o PiS não conseguiu promover transformações tão profundas quanto o Fidesz. Segundo Bluhm e Varga (2019), a mídia independente permaneceu relativamente robusta na Polônia, ao passo que o governo Orbán foi mais eficaz em neutralizar veículos críticos. Na Hungria, a extensão das mudanças institucionais levou parte da literatura a classificar o regime como híbrido, combinando elementos democráticos e autoritários (Korosenyi, 2019).

Desse modo, Polônia e Hungria constituem casos particularmente adequados à análise comparativa, tanto pelo longo período de permanência no poder de partidos de ultradireita quanto pelo compartilhamento de princípios ideológicos semelhantes. No entanto, quando confrontados com a dinâmica geopolítica regional, esses países passaram a seguir trajetórias distintas. A Guerra da Ucrânia emerge, nesse sentido, como um momento analítico privilegiado, pois evidencia a ruptura entre estratégias até então convergentes. Esse contexto oferece condições especialmente favoráveis para examinar as diferenças internas da ultradireita ocidental em relação à Rússia, sobretudo no período posterior a 2022, e para compreender como essas distinções se expressam de maneira específica na retórica e nas práticas políticas.

OS DISCURSOS DE DUDA E ORBÁN DURANTE A GUERRA NA UCRÂNIA

Um estudo comparativo entre Polônia e Hungria, baseado na análise dos discursos de seus respectivos líderes, permite apreender as racionalidades ideológicas e as visões de mundo que orientam as lideranças ultradireitistas em questão. A partir desse exercício, tornam-se evidentes diferenças significativas nas posturas adotadas pelos governos húngaro e polonês em relação à Rússia no contexto da guerra na Ucrânia, apesar de ambos se situarem em um mesmo espectro ideológico. A análise crítica do discurso (Reisigl, Wodak, 2016), ao mesmo tempo em que evidencia pontos de convergência, viabiliza a identificação de dissensos relevantes nos posicionamentos políticos desses governos. O corpus empírico concentrou-se em declarações de representantes do Poder Executivo dos dois países, como será descrito na sequência.

Para a coleta do material, o período escolhido foi de 24 de fevereiro de 2022 (dia da invasão russa da Ucrânia) até 15 de outubro de 2023 (data da eleição na Polônia na qual o PiS saiu derrotado). Os textos foram retirados de sites oficiais dos respectivos governos, já traduzidos para o inglês. No caso da Hungria, todos os discursos foram retirados do portal About Hungary, uma página controlada pelo Escritório de Comunicações Internacionais do Gabinete do Primeiro-Ministro. Em relação aos políticos poloneses, os pronunciamentos analisados foram extraídos dos websites oficiais da presidência, do primeiro-ministro e do ministro de Relações Exteriores.

No tocante aos atores selecionados, Orbán foi, durante o governo do Fidesz, a figura central na política húngara, com autoridade absoluta sobre a política externa húngara e, logo, foi o único líder do país utilizado na análise. Já na Polônia, como previamente explicitado, a política governamental do PiS não era tão centralizada e diferentes atores competiam por influência, tornando necessária, para uma apreensão mais robusta e abrangente das posições da ultradireita polonesa, o emprego de diferentes atores no estudo. Ainda assim, deve ser ressaltado que o

presidente polonês foi figura-chave para a definição da política externa e assumiu um protagonismo ainda maior na diplomacia polonesa após o início da Guerra na Ucrânia, levando Duda a receber a maior parte do foco no estudo e ser a principal autoridade polonesa analisada, dado o foco do estudo na política externa da ultradireita.

Ao todo, foram compilados quarenta discursos de Viktor Orbán e trinta e oito de Andrzej Duda, concentrados em entrevistas e discursos públicos. Além disso, incorporaram-se dois pronunciamentos dos líderes do grupo Nove de Bucareste, que reúne países da Europa Central e Oriental, incluindo Hungria e Polônia; um discurso do então ministro das Relações Exteriores da Polônia, Zbigniew Rau, no Parlamento, e uma palestra do então primeiro-ministro polonês, Mateusz Morawiecki, em uma universidade alemã, considerados relevantes para o estudo. Todos os textos foram selecionados por sua relevância para o objeto de estudo do artigo, após uma leitura minuciosa de seus conteúdos. Discursos proferidos pelos atores destacados que não abordaram os temas de Guerra na Ucrânia ou de relações com a Rússia foram descartados e não fizeram parte dos textos coletados e analisados.

Para tornar a análise mais sistemática e o resultado mais claro, o estudo comparativo foi organizado em seções temáticas definidas a partir dos tópicos mais recorrentes e relevantes nos discursos dos líderes analisados. As três categorias principais são: (1) a Ucrânia e o presidente Volodymyr Zelensky; (2) a Rússia e o presidente Vladimir Putin; e (3) as sanções econômicas contra o governo russo e os pacotes de ajuda ocidentais à Ucrânia. Como mencionado previamente, tais variáveis emergiram da análise empírica dos discursos utilizados e foram identificadas como os temas mais frequentemente abordados e pertinentes para o estudo abrangente das posições de Hungria e Polônia face à Guerra na Ucrânia e à Rússia.

Ucrânia e o presidente Zelensky

Ao longo dos dois primeiros anos do conflito, a Ucrânia passou a ocupar lugar recorrente no vocabulário dos líderes da Polônia e da Hungria, incluindo referências

frequentes ao presidente Volodymyr Zelensky. Embora tanto Andrzej Duda quanto Viktor Orbán tenham condenado a invasão russa e expressado solidariedade à Ucrânia em seus discursos, as atitudes adotadas por cada um diferiram de forma substantiva. Enquanto o presidente polonês recorreu a uma linguagem valorativa, qualificando a resistência ucraniana e seu presidente como “corajosos” e “heróicos”, e chegou a discursar no Parlamento ucraniano, Orbán evitou o emprego de uma retórica emocional em relação ao conflito.

Essa divergência reflete, em larga medida, as distintas formas pelas quais ambos interpretam e enquadram o conflito: enquanto o líder polonês o compreende como uma causa política e moralmente engajada, Orbán o caracteriza como um confronto estritamente entre dois Estados soberanos, que não deveria sofrer interferência externa. Conforme declarações em uma entrevista: “Nós falamos que isso não é uma guerra mundial, e isso não é uma guerra europeia: isso é uma guerra entre duas nações irmãs eslavas, e nós devemos tentar minimizar seus choques” (Hungary, 2023f, tradução nossa^{ix}).

As lideranças polonesas dão importância para a resistência ucraniana, utilizando adjetivos elogiosos e glorificadores, e descrevem a luta como uma batalha que vai além da Ucrânia e envolve valores maiores e existenciais, como democracia e liberdade. Duda declarou, uma semana após a invasão russa: “Igualmente, a capital e toda a Ucrânia se tornaram símbolos da defesa dos nossos valores comuns: liberdade, soberania e democracia aos olhos do mundo livre” (Poland, 2022a, tradução nossa^x). Similarmente, no discurso do ministro de relações exteriores no Parlamento, a guerra é descrita como uma disputa pelo “futuro da Europa” (Poland, 2023b).

Tal dissonância entre Hungria e Polônia foi resumida por Orbán, quando afirmou que: “os poloneses acreditam que os ucranianos estão lutando também pela segurança e liberdade da Polônia, mas nós não acreditamos nisso. Então, eu não acho que os ucranianos estão lutando pela segurança ou liberdade da Hungria. Os

^{ix} No original (já traduzido para o inglês no site oficial húngaro): “We’ve said that this isn’t a world war, and this isn’t a European war: this is a war between two Slavic brother nations, and we must try to minimise its shockwaves”.

^x No original (já traduzido para o inglês no site oficial polonês): “Equally the capital city and the whole Ukraine have become a symbol of defending our common values: freedom, sovereignty and democracy in the eyes of the free world”.

ucranianos estão lutando por seu próprio país, heroicamente incidentalmente, mas eles não estão lutando pela Hungria” (Hungary, 2022f, tradução nossa^{xi}).

Adicionalmente, a postura húngara de distanciamento em relação à Ucrânia manifestou-se na formulação de críticas diretas ao país. Viktor Orbán acusou o governo ucraniano de tratar de forma injusta — e até de perseguir — a minoria húngara residente em seu território, argumento já mobilizado antes mesmo do início da guerra (Lamour, 2023). O primeiro-ministro também afirmou que autoridades ucranianas demonstrariam “hungarofobia” (Hungary, 2023d). As tensões bilaterais intensificaram-se a ponto de Orbán, após ser instado por Volodymyr Zelensky a tomar partido no conflito (Lamour, 2023), incluir o presidente ucraniano entre os supostos adversários enfrentados em sua trajetória até a vitória eleitoral de abril de 2022 (Hungary, 2022c).

Essa divergência discursiva não decorre apenas de estilos individuais de liderança, mas reflete condicionantes históricos, geopolíticos e estratégicos distintos. Como argumenta Cas Mudde (2019), a ultradireita não apresenta uma política externa coerente e tende a subordinar alinhamentos ideológicos a cálculos pragmáticos de interesse nacional, o que se evidencia de maneira clara na comparação entre Polônia e Hungria.

No caso polonês, a leitura do conflito como uma luta existencial está profundamente ancorada na memória histórica de dominação russa e soviética, bem como na percepção da Rússia como ameaça estrutural à soberania nacional (Laruelle 2021). Essa herança histórica, combinada à proximidade geográfica com o conflito e à centralidade da segurança regional para a política externa polonesa, favorece um enquadramento moralizado da guerra, no qual a resistência ucraniana é apresentada como defesa não apenas da Ucrânia, mas da própria Europa e de valores como liberdade e democracia. Isso se soma à posição geográfica da Polônia como Estado de linha de frente^{xii} tanto da OTAN quanto da União Europeia, aliada à sua proximidade direta

^{xi} No original (já traduzido para o inglês no site oficial húngaro): “[...] the Poles think that the Ukrainians are also fighting for Poland’s freedom and security; but we don’t think that at all. So I don’t think that the Ukrainians are fighting for the security or freedom of Hungary. The Ukrainians are fighting for their own country, heroically incidentally; but they’re not fighting for Hungary”.

^{xii} A condição da Polônia como “Estado de linha de frente” decorre de sua localização na fronteira oriental da OTAN e da União Europeia, ocupando uma posição estratégica entre a Europa Ocidental e o espaço pós-soviético. Historicamente, essa posição geográfica a tornou uma zona de passagem e disputa entre grandes potências, contribuindo para uma percepção persistente de vulnerabilidade estratégica. Desde 2022, essa centralidade foi reforçada pelo papel desempenhado pelo território polonês como principal corredor para o fluxo de assistência militar, logística

com o teatro de guerra, reforça a construção da guerra como ameaça imediata à sua segurança nacional. Devido à sua localização, a Polônia se tornou um dos principais corredores logísticos para o envio de ajuda militar e humanitária à Ucrânia, o que intensifica sua exposição aos efeitos do conflito e vincula sua segurança diretamente ao desfecho da guerra (Bharti, Aryal, Kutsyk, 2024). Além disso, recebeu mais de 1,5 milhão de refugiados ucranianos desde a invasão^{xiii}, o que não apenas cria vínculos sociais e humanitários com o país vizinho, mas também reforça a narrativa de que o conflito tem implicações existenciais para a própria Polônia.

Já no caso húngaro, embora também marcado por experiências de dominação soviética, o conflito é interpretado prioritariamente por meio de cálculos pragmáticos de interesse nacional, especialmente no que se refere à dependência energética, à estabilidade econômica e à preservação da autonomia decisória frente a pressões externas. (Tóth et al, 2024). A Hungria continuou a importar grande parte de seu gás e petróleo da Rússia, mantendo isenções de sanções da UE para esses fluxos energéticos (por meio de gasodutos como TurkStream e Druzhba), o que reforça a centralidade dessa dependência na formulação da política externa de Budapeste^{xiv}.

O primeiro-ministro húngaro apresentou-se reiteradamente como defensor prioritário de uma solução negociada para o conflito, autodefinindo-se como “pró-paz”. Essa postura pode ser compreendida à luz da crítica formulada por Orellana e Michelsen (2019) e por Ostermann e Stahl (2022) à ordem liberal internacional, segundo a qual setores da direita radical rejeitam a moralização universalista dos conflitos e se opõem a enquadramentos normativos que transformam disputas interestatais em cruzadas morais ou civilizacionais, privilegiando leituras soberanistas centradas no interesse nacional. Em contraste, Duda afirmou de forma explícita uma posição pró-Ucrânia, enfatizando seus esforços para assegurar a vitória ucraniana na guerra.

e humanitária destinada à Ucrânia. Nesse contexto, a segurança da Polónia passou a ser concebida como diretamente vinculada à estabilidade da fronteira oriental euro-atlântica e ao resultado da guerra russo-ucraniana.

^{xiii} Disponível em: <https://www.eib.org/en/stories/ukrainian-poland-infrastructure-refugees>. Acesso em: 15 jan. 2026.

^{xiv} Disponível em: <https://www.euronews.com/2026/01/06/hungary-will-not-leave-the-eu-it-will-fall-apart-on-its-own-orban-said>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Rússia e o presidente Putin

Nesse sentido, as atitudes das lideranças vinculadas ao PiS e ao Fidesz quanto à Rússia e ao presidente Vladimir Putin diferem de maneira substancial. Tal distinção se tornou ainda mais nítida após o início da guerra na Ucrânia. Nas declarações públicas das autoridades polonesas, a Rússia e seu líder ocupam posição central, sendo recorrentemente apresentados como ameaças diretas à segurança europeia. Tal enquadramento é ilustrado pelo discurso do ministro das Relações Exteriores sobre os princípios da política externa polonesa, no qual os termos “Rússia” e “russo/a(s)” são mencionados 145 vezes (Poland, 2023b). Nesse registro, Moscou e Putin são caracterizados como atores agressivos, imperialistas e movidos por ambições expansionistas, o que sustentaria a necessidade de sua derrota na Ucrânia como condição para impedir novos ataques a outros Estados europeus, incluindo a Polônia.

Um exemplo da representação da Rússia no discurso polonês é a afirmação de Duda de que “a história da Europa Central e Oriental chegou, então, a um círculo completo e se repetiu, marcada - como sempre - pelo imperialismo da Rússia, pelo seu desejo de subjugar outros povos, pelo seu desprezo pela vida humana e liberdade e pelo seu atropelamento da dignidade e verdade” (Poland, 2022c, tradução nossa^{xv}). Como parte dessa definição do conflito em termos existenciais e morais, acusações de crimes de guerra por forças russas, além do destaque para a destruição causada pela invasão, são temas regulares nas falas do presidente polonês. Inclusive, um elemento discursivo usado por Duda é associar atrocidades do passado cometidas pelos russos com os eventos atuais na Ucrânia. Notoriamente, em uma ocasião, ele traçou uma relação entre o massacre de Katyn com as execuções de civis realizadas pelo exército russo em cidades ucranianas ocupadas, especialmente em Bucha (Poland, 2022b).

Em contraste, Viktor Orbán menciona a Rússia e o presidente Vladimir Putin com menor frequência, padrão que, segundo Lamour (2023), já se observava antes do início

^{xv} No original (já traduzido para o inglês no site oficial polonês): “The history of Central and Eastern Europe has thus come to a full circle and has repeated itself, marked – as always – by Russia’s imperialism, by its desire to subjugate other peoples, by its contempt for human life and freedom, and by its trampling on dignity and truth”

da guerra. Ademais, declarações que apresentavam o regime russo de forma positiva ou como modelo a ser emulado — relativamente comuns antes de 2022 — estiveram ausentes após a invasão, movimento também identificado em outros segmentos da direita radical ocidental. O primeiro-ministro húngaro condenou a ofensiva russa e reiterou que o regime de Moscou atua como agressor no conflito, além de rejeitar explicitamente, em entrevista, acusações de alinhamento pró-Rússia ao afirmar: “Eu não me importo com Putin. Eu não me importo com a Rússia. Eu me importo com a Hungria” (Hungary, 2023c, tradução nossa^{XVI}).

Por outro lado, apesar da também complexa história entre Hungria e Rússia, ele não fez associações entre o regime atual e ações históricas da nação euroasiática, além de, como já comentado, evitar descrever a guerra de uma maneira emocional, a não ser para argumentar a favor da necessidade de um fim para ela. Em adição a isso, Orbán ressaltou por diversas vezes sua rejeição a definir a Guerra na Ucrânia em termos maniqueístas e a cortar relações com a Rússia. Aliás, logo em suas primeiras falas após a invasão russa, o Chefe de Governo deixava claro que não iria tomar ações que prejudicassem a importação de petróleo e gás russo ao seu país e que a proteção da economia húngara tomava precedência em suas decisões (Hungary, 2022a; Hungary, 2022b). Conjuntamente, ele afirmava de maneira constante que a Rússia não podia ser realisticamente derrotada no conflito e nem ignorada.

Nesse sentido, uma das falas de Orbán que mais repercutiu no período analisado foi a frase: “o governo húngaro não considera realista assumir que a Rússia é uma ameaça à segurança da Hungria ou da Europa” (Hungary, 2023a, tradução nossa^{XVII}), proferida durante o discurso anual no Parlamento, o “Estado da Nação” de 2023. Como fica evidente, essa posição húngara é contrária ao posicionamento tomado pela Polônia e vai na contramão de organizações, como a UE e a OTAN, que a própria Hungria faz parte. Mais do que isso, em um pronunciamento do grupo Nove de Bucareste, assinado pelo primeiro-ministro húngaro e publicado apenas 4 dias depois

^{XVI} No original (já traduzido para o inglês no site oficial húngaro): “I don't care about Putin. I don't care about Russia. I care about Hungary”.

^{XVII} No original (já traduzido para o inglês no site oficial húngaro): “The Hungarian government does not consider it realistic to assume that Russia is a threat to the security of Hungary or of Europe”.

do discurso do “Estado da Nação”, é dito que a “Rússia é a mais significativa e direta ameaça à segurança aliada” (Bucharest Nine, 2023a, tradução nossa^{xviii}). Logo, apesar da consistência com que Orbán evita representar o governo russo como inimigo e mantém uma aparência neutra, pode-se argumentar que as pressões de parceiros internacionais levaram ao governante húngaro a ter de ajustar suas posições e adotar uma retórica ambivalente.

As diferenças observadas na representação da Rússia e do presidente Vladimir Putin não podem ser compreendidas apenas como variações retóricas ou contingenciais, mas refletem trajetórias históricas, posicionamentos geopolíticos e estratégias políticas distintas. Como argumenta Laruelle (2021), embora a ultradireita europeia compartilhe afinidades ideológicas com o regime russo em termos de conservadorismo, soberanismo e oposição à ordem liberal, essas convergências são frequentemente mediadas por fatores históricos e geoestratégicos nacionais. Nesse sentido, a hostilidade polonesa em relação à Rússia constitui uma exceção estrutural no interior da direita radical europeia, enquanto a ambivalência húngara se alinha ao padrão majoritário identificado na literatura.

No caso polonês, a construção discursiva da Rússia como ameaça existencial está ancorada em uma memória histórica de dominação, violência e perda de soberania, que inclui desde as partições do século XVIII até a ocupação soviética no pós-Segunda Guerra Mundial. Como demonstram Laruelle (2021) e Szeptycki (2022), essa herança histórica moldou uma cultura estratégica fortemente orientada pela desconfiança em relação a Moscou, na qual a Rússia é sistematicamente representada como potência imperialista e revisionista. Tal percepção foi facilmente reatualizada após a invasão da Ucrânia, permitindo que lideranças do PiS enquadrassem Putin como continuidade histórica de um padrão imperial russo e mobilizassem referências como Katyn para reforçar a leitura moralizada e existencial do conflito. Esse enquadramento é compatível com a estratégia populista descrita por Mudde (2007; 2019), na qual inimigos externos são instrumentalizados para fortalecer a coesão interna e legitimar agendas de securitização.

^{xviii} No original (já traduzido para o inglês no site oficial polonês): “Russia is the most significant and direct threat to Allied security”.

Já no caso húngaro, embora também exista um histórico traumático de dominação soviética — notadamente a repressão da Revolução de 1956 —, esse passado não ocupa posição central na construção contemporânea da política externa do governo Orbán. Diferentemente da Polônia, a Hungria não se percebe como Estado de linha de frente à Rússia, nem como alvo imediato de ameaça militar, o que reduz os incentivos para a securitização do regime de Putin. Além disso, como discutido anteriormente, a política externa do Fidesz é fortemente marcada por uma leitura soberanista e pragmática do sistema internacional, em consonância com o que Mudde (2019) identifica como a ausência de uma agenda externa coerente da ultradireita e a primazia do interesse nacional sobre alinhamentos ideológicos.

Nesse contexto, observa-se que Orbán evita associar Putin a um inimigo histórico ou moral absoluto, recusando enquadramentos maniqueístas e preservando a possibilidade de relações funcionais com Moscou. Essa postura também se articula com a crítica mais ampla da direita radical à ordem liberal internacional. Conforme argumentam Orellana e Michelsen (2019) e Ostermann e Stahl (2022), setores da ultradireita rejeitam a moralização universalista dos conflitos e se opõem à transformação de disputas interestatais em cruzadas normativas em nome da democracia ou dos direitos humanos. A recusa de Orbán em caracterizar Putin como ameaça existencial à Europa e sua insistência em uma leitura não moralizada da guerra expressam precisamente essa rejeição ao enquadramento liberal do conflito, ainda que tal posição precise ser ajustada de forma ambivalente diante das pressões exercidas por aliados europeus e pela OTAN, como evidenciam os episódios contraditórios analisados.

Sanções e envio de ajuda material

Com a invasão russa da Ucrânia, países do Ocidente impuseram uma vasta gama de sanções econômicas contra a Rússia e enviaram uma grande quantidade de ajuda material aos ucranianos, incluindo armamentos avançados. Os governos

húngaro e polonês tomaram posições diametralmente opostas nesse tema. Orbán, além de descartar de imediato apoiar sanções contra o fornecimento de energia russo e se opor a tais medidas no geral, também se recusou a enviar armas ou deixar que armamentos ocidentais a caminho da Ucrânia passassem por seu país. Enquanto isso, Duda, consistente com sua visão existencial do conflito, foi um dos principais defensores das medidas punitivas contra a Rússia e exortou regularmente as nações do ocidente a enviarem ajuda ao país invadido.

Um ponto importante a ser ressaltado é que o primeiro-ministro húngaro continuamente levantou a temática das sanções ao tratar da Guerra na Ucrânia, sendo o assunto mais citado por ele ao se referir ao conflito. Orbán criticou a imposição de tais medidas contra o regime russo, afirmando que elas eram contra o interesse nacional húngaro e mesmo contra o interesse dos próprios países ocidentais. Em suas palavras, “o que a UE está levando a cabo agora é a completa destruição de seus interesses racionais e geopolíticos. As decisões sobre sanções foram tomadas puramente por motivos morais e emocionais” (Hungary, 2022e, tradução nossa^{xix}). Como justificativa para essas declarações, ele fez menção constante ao aumento da inflação na Hungria e no resto da Europa como consequência das sanções e à suposta futilidade delas, já que o premiê húngaro também argumentava que as medidas eram ineficientes para enfraquecer a Rússia ou contribuir para a derrota dela.

Em outra de suas falas mais enfáticas sobre o tema, Orbán disse em uma entrevista, ainda em julho de 2022, que “então, como um todo, essa estratégia na qual nossas ações foram baseadas esmoreceu, falhou: está defunta, e uma nova precisa ser concebida” (Hungary, 2022d, tradução nossa^{xx}). Já Duda, pelo contrário, destacou em diferentes ocasiões o que ele enxergava como o sucesso das sanções e a necessidade delas, junto com os pacotes de ajuda para a Ucrânia, para acabar com a dependência da Europa nas exportações de energia russas, pressionar a Rússia e possibilitar uma vitória ucraniana na guerra. Neste ponto, deve-se comentar que as relações econômicas com

^{xix} No original (já traduzido para o inglês no site oficial húngaro): “What the EU is now carrying out is the complete destruction of its rational and geopolitical interests. The decisions on sanctions were taken purely on moral and emotional grounds”.

^{xx} No original (já traduzido para o inglês no site oficial húngaro): “So as a whole this strategy on which our actions have been based has faltered, has failed: it's defunct, and a new one must be devised”.

a Rússia, especialmente na questão energética, é outro tema de discordância entre os líderes ultradireitistas de Hungria e Polônia (Tóth et al, 2024).

Orbán lamentou em alguns discursos a quebra do modelo econômico que vigorava antes da invasão, em que, segundo ele, europeus e russos prosperaram através da importação de gás e petróleo russo pela Europa e exportação para a Rússia de produtos industrializados. Os políticos do PiS, entretanto, criticaram duramente esses laços comerciais do pré-guerra. Conforme definido pelo primeiro-ministro Morawiecki, “aqueles que por décadas queriam uma aliança estratégica com a Rússia e fizeram os países europeus dependentes dela por sua energia, cometeram um erro terrível. [...] Aqueles que, por muitos anos, financiaram as preparações de guerra russas, desarmaram a Europa e impuseram uma parceria com a Rússia naqueles mais fracos do que eles, carregam corresponsabilidade política pela guerra na Ucrânia” (Poland, 2023a, tradução nossa^{XXI}).

Ademais, a oposição húngara às sanções e ao envio de ajuda pelo Ocidente se manifestou em ainda outras críticas. Adicionando à fala de que os líderes ocidentais tomaram as decisões em bases morais e feriram os próprios interesses, Orbán enunciou em outras oportunidades que tais governantes não analisavam corretamente a situação da guerra e exacerbavam o problema, envolvendo-se cada vez mais no conflito e arriscando-se a tornar-se cobeligerantes e expandir a guerra para o resto da Europa. Além disso, houve situações em que o primeiro-ministro húngaro adotou tons ainda mais agressivos e até conspiratórios contra os governos do Ocidente, sugerindo em uma ocasião que, por trás do envolvimento das potências ocidentais no confronto, haveria interesses econômicos escusos - encabeçados por George Soros - em controlar os recursos naturais ucranianos e de uma Rússia derrotada (Hungary, 2023b).

Outra declaração notória de Orbán, dada em uma entrevista, foi a frase: “como eles dizem, o Ocidente lutará até o último soldado ucraniano” (Hungary, 2023e, tradução nossa^{XXII}). Esta frase é uma das mais repetidas pelos opositores da participação

^{XXI} No original (já traduzido para o inglês no site oficial polonês): “Those who for decades wanted a strategic alliance with Russia and made European countries dependent on it for their energy, made a terrible mistake.[...] Those who, for many years, financed Russian war preparations, disarmed Europe and imposed a partnership with Russia on those weaker than themselves, bear political co-responsibility for the war in Ukraine”.

^{XXII} No original (já traduzido para o inglês no site oficial húngaro): “As they say, the West will fight to the last Ukrainian soldier”.

ocidental na Guerra na Ucrânia e é associada a indivíduos e grupos de tendência pró-Rússia, já tendo sido pronunciada até por Vladimir Putin (Sputnik Africa, 2023). Com todas essas críticas húngaras expostas, deve ser mencionado que, assim como ocorreu em relação à retórica sobre a Rússia, as pressões internacionais muitas vezes levam a uma mudança de posicionamento do governo de Orbán. Apesar da constante oposição às sanções contra a Rússia e ao envio de recursos para a Ucrânia, a Hungria aprovou, em diversas votações diferentes por todo o período analisado, a adoção de tais medidas pela UE (Muller, Slominski, 2024) e, em outro pronunciamento dos Nove de Bucareste, assinou a declaração que afirmava: “Nós permanecemos determinados a manter pressão internacional na Rússia, incluindo através de sanções” (Bucharest Nine, 2023b, tradução nossa^{xxiii}).

As divergências observadas em relação às sanções econômicas e ao envio de ajuda material decorrem dos mesmos condicionantes históricos e geopolíticos que estruturam as distintas leituras da guerra e da Rússia por parte de Polônia e Hungria. Conforme argumenta Mudde (2019), a ultradireita carece de uma política externa coerente e tende a subordinar alinhamentos ideológicos a considerações pragmáticas de interesse nacional, o que se expressa de maneira clara na oposição húngara às sanções e à assistência militar. No caso do governo Orbán, a rejeição dessas medidas articula-se a uma leitura soberanista e instrumental do sistema internacional, que privilegia a estabilidade econômica doméstica e rejeita decisões percebidas como impostas por imperativos morais da ordem liberal. Em contraste, a posição polonesa favorável às sanções e ao apoio material à Ucrânia está ancorada em uma cultura estratégica que interpreta o conflito como ameaça existencial à segurança nacional e regional, permitindo enquadrar os custos econômicos dessas medidas como necessários à contenção do expansionismo russo (Laruelle, 2021).

Tal enquadramento é compatível com a mobilização populista de inimigos externos descrita por Mudde (2007), bem como com a centralidade atribuída pela

^{xxiii} No original (já traduzido para o inglês no site oficial polonês): “We remain determined to sustain international pressure on Russia, including through sanctions”.

Polônia à segurança do flanco oriental da Europa. Já a postura húngara também dialoga com a crítica formulada por Orellana e Michelsen (2019) e Ostermann e Stahl (2022) à moralização universalista da política externa liberal, expressa na recusa em transformar sanções e ajuda militar em imperativos normativos. A postura húngara assume um caráter paradoxal: ao mesmo tempo em que rejeita discursivamente sanções, assistência militar e iniciativas de aprofundamento do confronto com a Rússia, o governo Orbán permanece integrado às estruturas políticas, econômicas e de segurança que sustentam essas mesmas políticas. Essa contradição evidencia os limites práticos de sua estratégia soberanista.

CONCLUSÕES

Este artigo analisou comparativamente as posições adotadas pela ultradireita no poder na Hungria e na Polônia em relação à Rússia no contexto da Guerra na Ucrânia, a partir da análise de discursos oficiais de Viktor Orbán e Andrzej Duda. O objetivo foi demonstrar que afinidades ideológicas compartilhadas como o iliberalismo, o soberanismo e a crítica à ordem liberal internacional não produzem, por si só, alinhamentos homogêneos em política externa. Ao contrário, os achados indicam que tais posicionamentos são fortemente condicionados por fatores históricos, geopolíticos e materiais específicos a cada contexto nacional. Embora Fidesz e Lei e Justiça compartilhem princípios centrais da direita radical contemporânea, suas interpretações da guerra, da Rússia e de Vladimir Putin divergem de forma consistente.

No caso polonês, a Rússia é construída como ameaça existencial à segurança nacional e regional, sustentando uma retórica moralizada do conflito, o apoio às sanções e o envio de ajuda material à Ucrânia. Essa postura está ancorada na memória histórica de dominação russa e soviética, na posição da Polônia como Estado de linha de frente da OTAN e da União Europeia e na sua exposição direta aos efeitos do conflito, elementos que reforçam uma cultura estratégica orientada pela securitização de Moscou. Em contraste, a postura húngara caracteriza-se por uma retórica mais

contida e ambivalente, pela rejeição a enquadramentos morais do conflito e pela oposição reiterada às sanções e ao envio de armas. Embora Orbán tenha condenado a invasão russa, sua ênfase em uma solução negociada e na proteção da economia nacional reflete uma leitura pragmática e soberanista da política externa, na qual a dependência energética, a estabilidade econômica e a ausência de percepção de ameaça militar imediata desempenham papel central.

Essa postura confirma o argumento de Mudde (2019) sobre a primazia do interesse nacional sobre alinhamentos ideológicos na política externa da ultradireita e dialoga com a crítica à moralização universalista dos conflitos discutida por Orellana e Michelsen (2019) e Ostermann e Stahl (2022). A comparação entre Hungria e Polônia, portanto, evidencia como a ultradireita não é um bloco internacionalmente coeso. A ultradireita global tem desenvolvido formas cada vez mais sofisticadas de articulação internacional que por vezes se contrapõem na prática da política internacional. A guerra na Ucrânia expôs fissuras relevantes no interior desse campo político, indicando que contextos nacionais, pressões geopolíticas e condicionantes materiais tendem a prevalecer na definição de preferências externas. Ao destacar essas variações, o artigo contribui para uma compreensão mais refinada da atuação da direita radical na política internacional contemporânea e sugere que pesquisas futuras atentem para a interação entre ideologia, história e interesses materiais na formulação da política externa desses governos.

REFERÊNCIAS

AITTON, Liesa. **Comfortable Bedfellows?** Russia and the Radical Right After the Crimean Annexation. Tese (Mestrado) - Universidade de Tartu. Tartu, 2018.

BABIC, Milan. Let's talk about the interregnum: Gramsci and the crisis of the liberal world order. **International Affairs**, v. 96, n. 3, p. 767–786, 2020.

BHARTI, Simant Shankar; ARYAL, Saroj Kumar; KUTSYK, Andrii. The Ukraine crisis: Poland as a strategic crossroad in Eastern Europe. **Eastern Journal of European Studies**, v. 15, n. 1, 2024.

BELTON, Catherine; HARRIS, Shane; MEKHENNET, Souad. **Kremlin attempts to build antiwar coalition in Germany, documents show**. Washington Post, Washington D.C., 21 Apr. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2023/04/21/germany-russia-interference-afd-wagenknecht/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BELTON, Catherine. **Putin's People: How the KGB Took Back Russia and Then Took On the West.** 1 ed. New York City: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

BIEGON, R. A populist grand strategy? Trump and the framing of American decline. **International Relations**, v. 33, n. 4, p. 517-539, 2019.

BIEN-KACALA, A.; DRINOCZI T., Illiberal Constitutionalism: the Case of Hungary and Poland. **German Law Journal**, n. 20, 2019.

BLUHM, Katharina; VARGA, Mihai (ed.). **New Conservatives in Russia and East Central Europe.** 1 ed. London: Routledge, 2019.

BRILS, T.; MUIS, J.; GAIDYTE, T. Dissecting Electoral Support for the Far Right: A Comparison between Mature and Post-Communist European Democracies. **Government and Opposition**, v. 57, n. 1, p. 56-83, 2022.

BUCHAREST NINE. **Joint statement by the leaders of Bucharest Nine.** 22 Feb. 2023a. Disponível em: <https://www.president.pl/news/joint-statement-by-the-leaders-of-bucharest-nine,65068>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BUCHAREST NINE. **Statement by the leaders of the Bucharest Nine.** 6 June 2023b. Disponível em: <https://www.president.pl/archives/andrzej-duda/news/statement-by-the-leaders-of-the-bucharest-nine,69552>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CARLOTTI, Benedetta. A divorce of convenience: exploring radical right populist parties' position on Putin's Russia within the context of the Ukrainian war. A social media perspective. **Journal of Contemporary European Studies**, 2023.

CASARÕES, G. S. P.; FARIAS, D. B. L. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, n. 5, p. 741-761, 2021.

CHRYSSOGELOS, A. S. Undermining the West from Within: European Populists, the US and Russia. **European View**, v. 9, n. 2, p. 267-277, 2010.

CLOVER, Charles. **Black Wind, White Snow.** 1 ed. New Haven: Yale University Press, 2016.

CRONE, Manni. Towards great ethno-civilizations and spiritual empires? How the European New Right imagines a post-liberal world order. **New Perspectives**, v. 29, n. 4, p. 320-331, 2021.

CSEHI, R.; ZGUT, E. 'We won't let Brussels dictate us': Eurosceptic populism in Hungary and Poland. **European Politics and Society**, v. 22, n. 1, p. 53-68, 2020.

DE ORELLANA P.; MICHELSEN N. Reactionary Internationalism: the philosophy of the New Right. **Review of International Studies**, v. 45, n. 5, p. 748-767, 2019.

DROLET J-F.; WILLIAMS M. C. Radical conservatism and global order: international theory and the new right. **International Theory**, v. 10, n. 3, p. 285-313, 2018.

FREIRE, M. R. Vladimir Putin, Twenty Years On: Russia's Foreign Policy. **International Relations**, v. 20, n. 3, p. 449-462, 2020.

GOLDSTEIN, A. Right-wing opposition to the mainstream radical right: the cases of Hungary and Poland. **Journal of Contemporary Central and Eastern Europe**, v. 29, n. 1, p. 23–40, 2021.

HOLESCH, A.; KYRIAZI, A. Democratic backsliding in the European Union: the role of the Hungarian-Polish coalition. **East European Politics**, v. 38, n. 1, p. 1–20, 2021.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orbán's Speech at the 25th Bálványos Summer Free University and Student Camp**. Tusnad, 26 July 2014. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp>. Acesso em: 18 abr. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orbán's statement on Facebook following a meeting of the National Security Council**. 24 Feb. 2022a. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orbans-statement-on-facebook-following-a-meeting-of-the-national-security-operational-group>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orbán's statement on Facebook following a special meeting of the European Council**. 25 Feb. 2022b. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orban-s-statement-on-facebook-following-a-special-meeting-of-the-european-council>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Speech by Prime Minister Viktor Orbán, following the election victory of Fidesz-KDNP**. Budapest, 3 Apr. 2022c. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/speech-by-prime-minister-viktor-orban-following-the-election-victory-of-fidesz-kdnp>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orban on the Kossuth Radio programme "Good Morning Hungary"**. 29 July 2022d. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orban-on-the-kossuth-radio-programme-good-morning-hungary-6347f5e6d59bf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Interview with Prime Minister Viktor Orban in the biweekly magazine Budapesti Zeitung**. 26 Oct. 2022e. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/interview-with-prime-minister-viktor-orban-in-the-biweekly-magazine-budapester-zeitung>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orbán's answers to journalists' questions**. 21 Dec. 2022f. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orbans-answers-to-journalists-questions>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orban's "State of the Nation" address**. Budapest, 18 Feb. 2023a. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orbans-state-of-the-nation-address-63f319616e193>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orban on the Kossuth Radio programme "Good Morning Hungary"**. 5 May 2023b. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orban-on-the-kossuth-radio-programme-good-morning-hungary-64590cf5cd659>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Interview with Viktor Orban in the German newspaper Bild**. Budapest, 26 June 2023c. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/interview-with-viktor-orban-in-the-german-newspaper-bild>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Speech by Prime Minister Viktor Orban at the 32nd Bálványos Summer Free University and Student Camp**. Tusnad, 22 July 2023d. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/speech-by-prime-minister-viktor-orban-at-the-32nd-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orban on the Kossuth Radio programme "Good Morning Hungary"**. 28 July 2023e. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orban-on-the-kossuth-radio-programme-good-morning-hungary-64ccc10c91663>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUNGARY. Prime-Minister (2010-currently: Viktor Orban). **Prime Minister Viktor Orban on the Kossuth Radio programme "Good Morning Hungary"**. 15 Sep. 2023f. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orban-on-the-kossuth-radio-programme-good-morning-hungary-65082fc6a4b73>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IVALDI, Gilles; ZANKINA, Emilia (ed.). **The Impacts of the Russian Invasion of Ukraine on Right-Wing Populism in Europe**. European Center for Populism Studies, Brussels, 8 Mar. 2023.

KAROLEWSKI, Ireneusz; SATA, Robert. Caesarean politics in Hungary and Poland. **East European Politics**, v. 36, n. 2, p. 206-225, Dec. 2019.

KAUTH, J.T.; KING, D. Illiberalism. **European Journal of Sociology**, v. 61, n. 3, p. 365-405, 2020.

KHALIL, Hafsa; THORPE, Nick. **Romanian far-right presidential hopeful barred from poll rerun**. BBC, London, 9 mar. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c3d8n140mpjo>. Acesso em: 16 out. 2025.

KOROSENYI, Andras. The Theory and Practice of Plebiscitary Leadership: Weber and the Orban regime. **East European Politics and Societies and Cultures**, v. 33, n. 2, p. 280-301, May 2019.

KREKO, P.; MOLNÁR, C.; JUHASZ, A.; KUCHARCZYK, J.; PAZDERSKI, F. **Beyond Populism: Tribalism in Poland and Hungary**. Budapest: Political Capital, 2018.

KROUWEL, André; ÖNNERFORS, Andreas. **Europe: Continent of Conspiracies**. Conspiracy Theories in and about Europe. 1 ed. London: Routledge, 2021.

LAMOUR, Christian. Orban Placed in Europe: Ukraine, Russia and the Radical-Right Populist Heartland. **Geopolitics**, p. 1-27, 2023.

LARUELLE, Marlene. **Is Russia Fascist?** Unraveling Propaganda East and West. Ithaca: Cornell University Press, 2021.

LARUELLE, Marlene. **The Three colors of Novorossiia, or the Russian nationalist mythmaking of the Ukrainian crisis**. Post-Soviet Affairs, 2015.

LAZAR, N. Euroscepticism in Hungary and Poland: A Comparative Analysis of Jobbik and the Law and Justice Parties. **Politeja**, v. 12, n. 33, p. 215-233, 2015.

LENDVAI, Paul. **Orban: Hungary's Strongman**. 1 ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MAGALHÃES, David. **The US-Brazil Alliance Against the Windmills of Globalism**. In: MAGNOTTA, Fernanda (org.). A Bicentennial Partnership: Past, Present and Future of Brazil–United States Relations. Brasília: FUNAG, v. 1, p. 9–537, 2024.

MAKARYCHEV, Andrey; TERRY, G. S. An Estranged 'marriage of convenience': Salvini, Putin, and the intricacies of Italian-Russian relations. **Contemporary Italian Politics**, 2020.

MALACALZA, B.; DOVAL, G. P. The disruptive effect of Western supremacist civilizationism: why Southern Cone reactionary governments confront regionalism. **Global Discourse**, v. 14, n. 4, p. 459-478, 2024.

MICHELSEN, Nicholas; DE ORELLANA, Pablo; COSTA BURANELLI, Filippo. The reactionary internationale: the rise of the new right and the reconstruction of international society. **International Relations**, v. 39, n. 1, p. 3-29, 2023.

MOFFITT, Benjamin. **The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal. **Populismo – Uma brevíssima introdução**. 1 ed. Lisboa: Gradiva, 2017.

MUDDE, Cas. **On Extremism and Democracy in Europe**. 1 ed. London: Routledge, 2016.

MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. 1 ed. Cambridge: Polity Press, 2019.

MULLER, P.; Slominski, P. Hungary, the EU and Russia's War Against Ukraine: The Changing Dynamics of EU Foreign Policymaking. In: WIESNER, C.; KNODT, M. **The war Against Ukraine and the EU**. London: Palgrave Macmillan, 2024.

NEUMANN, E., RUDNICKI, P. Populist radical-right governments in Central-Eastern Europe and education policy-making: a comparison of Hungary and Poland. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 33, n. 1, p. 90–103, 2023.

OSTERMANN, F., STAHL, B. Theorizing Populist Radical-Right Foreign Policy: Ideology and Party Positioning in France and Germany. **Foreign Policy Analysis**, v. 18, n. 3, 2022.

PIRRO, Andrea; STANLEY, Ben. Forging, Bending, and Breaking: Enacting the “ Illiberal Playbook” in Hungary and Poland. **Cambridge University Press**, v. 20, n. 1, 2021.

POLAND. Minister of Foreign Affairs (2020-2023: Zbigniew Rau). **Information on the principles and objectives of Poland’s foreign policy**. Warsaw, 13 Apr. 2023b. Disponível em: <https://www.sejm.gov.pl/media9.nsf/files/MPRA-CQUBZR/%24File/Information%20on%20the%20principles%20and%20objectives%20of%20Poland%E2%80%99s%20foreign%20policy.pdf>. Acesso em 13 jan. 2024.

POLAND. President (2015-currently: Andrzej Duda). **Message from the President of the Republic of Poland**. 2 Mar. 2022a. Disponível em: <https://www.president.pl/news/message-from-the-president-of-the-republic-of-poland,49785>. Acesso em: 13 jan. 2024.

POLAND. President (2015-currently: Andrzej Duda). **President: Poland has never come to terms with the Katyn Massacre and its aftermath**. 10 Apr. 2022b. Disponível em: <https://www.president.pl/news/president-poland-has-never-come-to-terms-with-the-katyn-massacre-and-its-aftermath,52108>. Acesso em: 13 jan. 2024.

POLAND. President (2015-currently: Andrzej Duda). **The Day of Remembrance for Victims of Katyn Massacre**. Warsaw, 13 Apr. 2022c. Disponível em: <https://www.president.pl/news/the-day-of-remembrance-for-victims-of-katyn-massacre,52406>. Acesso em: 13 jan. 2024.

POLAND. Prime Minister (2017-2023: Mateusz Morawiecki). **Mateusz Morawiecki at Heidelberg University - “Europe at a historic turning point”**. Heidelberg, 20 Mar. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.pl/web/primeminister/mateusz-morawiecki-at-heidelberg-university---europe-at-a-historic-turning-point>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PUTIN: Seems That Western Countries Ready to Fight Until the Last Ukrainian. Sputnik Africa, Moscow, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://en.sputniknews.africa/20230622/putin-seems-that-western-countries-ready-to-fight-until-the-last-ukrainian-1060080871.html>. Acesso em: 16 out. 2025.

REISIGL, M., & WODAK, R. *The discourse-historical approach (DHA)*. In: R. Wodak & M. Meyer (Eds), **Methods of Critical Discourse Studies** (3rd edn, pp. 23–61). London: SAGE. 2016.

RYDLINSKI, Bartosz. Viktor Orban - First Among Illiberals? Hungarian and Polish Steps Towards Populist Democracy. **Modelling the New Europe**, n. 26, 2018.

SANAHUJA, José Antonio; NILSON, Diego; LÓPEZ BURIAN, Camilo. The far right, populism, and the contestation of regionalism in South America: Bolsonaro and Milei. **Global Discourse**, v. 14, n. 4, p. 502–522, 2024.

SANAHUJA, José Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. **Hispanidad e Iberosfera: antiglobalismo, internacionalismo reaccionario y ultraderecha neopatriota en Iberoamérica**. Documentos de Trabajo, n. 69, 2ª época. Madrid: Fundación Carolina, 2022.

SATA, Robert; KAROLEWSKI, Ireneusz Pawel. Caesarean politics in Hungary and Poland. *In: The (Not So) Surprising Longevity of Identity Politics*. Routledge, p. 60-79, 2022.

SHEKHOVTSOV, Anton. **Russia and the Western Far Right**. 1 ed. London: Routledge, 2018.

STEWART, B. The Rise of Far-Right Civilizationism. **Critical Sociology**, v. 46, n. 7-8, p. 1207-1220, 2020.

SZCZERBIAK, Aleks. **Intuition or grand plan?** Explaining Andrzej Duda's rise to prominence during the war in Ukraine. LSE Blogs, London, 17 May, 2022. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2022/05/17/intuition-or-grand-plan-explaining-andrzej-dudas-rise-to-prominence-during-the-war-in-ukraine/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SZEPTYCKI, Andrzej. **Populist Foreign Policy and its Consequences**: The Case of Poland Under the Rule of The Law and Justice Party. *Siyasal: Journal of Political Sciences*, v. 31, p. 45-59, 2022.

THE invasion of Ukraine is making life difficult for right-wing populists. The Economist, London, 21 Mar. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/europe/2022/03/21/the-invasion-of-ukraine-is-making-life-difficult-for-right-wing-populists>. Acesso em: 23 fev. 2023.

THORPE, Nick. **What has Hungary's Orban got against Ukraine?** BBC, London, 15 Dec. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-67725570>. Acesso em 18 abr. 2024.

THE TREATY of Peace Between the Allied and Associated Powers and Germany. Versailles, 28 June 1919. Disponível em: https://www.foundingdocs.gov.au/resources/transcripts/cth10_doc_1919.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

TREATY of Peace Between The Allied and Associated Powers and Hungary. Trianon, 4 June 1920. Disponível em: <https://www.hungarianhistory.com/contact>. Acesso em: 18 abr. 2024.

TÓTH, Géza et al. Characteristics of household energy consumption in the shadow of the Russia-Ukraine war-a case study from Hungary. **International Journal of Sustainable Energy Planning and Management**, v. 40, p. 55-74, 2024.

UNITED STATES. President (1912-1920: Woodrow Wilson). **President Wilson's Fourteen Points**. Washington D.C, Jan. 8, 1918. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/president-woodrow-wilsons-14-points>. Acesso em: 18 abr. 2024.

VON BEYME, K. Right-wing extremism in post-war Europe. **West European Politics**, v. 11, n. 2, p. 1-18, 1988.

WAGNER, Franziska et al. Russia and central European illiberal actors: mutual legitimization amid the full-scale invasion of Ukraine. **East European Politics**, 5 Nov. 2024.

WALLER, Julian. Illiberalism and Authoritarianism. In: LARUELLE, Marlene. **The Oxford Handbook of Illiberalism**. Oxford: Oxford Academic, p. 61-94, 2023.

WEISS, Andrew. **With Friends Like These**: The Kremlin's Far-Right and Populist Connections in Italy and Austria. Carnegie Endowment for International Peace, Washington D.C., 27 Feb. 2020. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2020/02/27/with-friends-like-these-kremlin-s-far-right-and-populist-connections-in-italy-and-austria-pub-81100>. Acesso em: 19 ago. 2023.

WODAK, Ruth. *The discourse-historical approach*. in WODAK, R. and MEYER, Michael. **Methods of critical discourse analysis**. London: SAGE Publications. 2001.

WODAK, R. and REISIGL, M.. Discourse and Racism. In: TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E.; SCHIFFRIN, Deborah (org.). **The Handbook of Discourse Analysis**. Chichester, West Sussex, UK: John Wiley & Sons Ltd. 2015.

WODAK, Ruth. **The politics of fear: What right-wing populist discourses mean**. London: Sage, 2015.

WOJCZEWSKI, T. The international cooperation of the populist radical right: building counter-hegemony in international relations. **International Relations**, 2024.

Autoria

1 Guilherme Rodel

Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em International Security (Segurança Internacional) por Sciences Po Paris

<https://orcid.org/0009-0000-2468-6420> • guilherme.rodel@sciencespo.fr

2 Rodrigo Augusto Duarte Amaral

Graduação em Relações Internacionais pela PUC-SP; Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos da América; Membro do grupo de Pesquisa - GECI PUC; Membro da Associação Brasileira de Relações Internacionais; Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUCSP); Doutor em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em RI San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUCSP); Professor

<https://orcid.org/0000-0002-7245-5448> • radamaral@pucsp.br

3 David Almstadter Mattar de Magalhães

Professor

<https://orcid.org/0000-0001-8761-7617> • david.dvdmg@gmail.com

Como citar este artigo

RODEL, G.; AMARAL, R. A. D.; MAGALHÃES, D. A. M. Aliados ideológicos, inimigos geopolíticos? Hungria, Polônia e a fratura da ultradireita diante da guerra na Ucrânia. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e95267, p. 1-45, jul. 2026. DOI 10.5902/1980509895267. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797595267>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.